

# Genebaldo teme longa inércia do Legislativo

14 MAI 1991

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Corrêa (BA), está preocupado com a inatividade dos parlamentares. Depois de 103 dias da edição da última medida provisória (MP), o Congresso Nacional não conseguiu chamar a atenção da opinião pública para os trabalhos do Legislativo — a não ser pela votação dessa mesma medida. Hoje, quando se reunir com os líderes das demais bancadas na Câmara, para tentar definir um calendário de votações, Genebaldo vai expor seu temor com a inércia do Legislativo. Segundo ele, essa situação dificulta a aprovação do projeto de lei que limita o poder do presidente da República em editar medidas e, conseqüentemente, dá mais legitimidade ao poder presidencial de enviar MPs ao Congresso. “Corremos o risco de fortalecer o uso das medidas pelo presidente, que vai ter mais autoridade do que antes”, confessou o líder do PMDB.

Após a edição das medidas 294 e 295, em 31 de janeiro, que formaram a base das mudanças no Plano Collor, e diante da ameaça de ter limitado seu poder de editar MPs, o Executivo adotou apenas projetos de lei em regime de urgência, como alternativa para legislar. No lugar dos 30 dias das MPs, que vigoram com força de lei, a urgência dá ao Congresso 90 dias para deliberar e só ganham eficácia de lei depois de sancionadas pelo presidente da República. Com o Programa de Reconstrução Nacional, o Projeto, o governo enviou projetos importantes ao Congresso, como o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência e a nova política salarial, sempre com o pedido de urgência constitucional.

**Pais tranqüilo** — A preocupação de Genebaldo, aparentemente, não chega a contagiar outros líderes. O líder do PDS na Câmara, deputado Victor Faccioni (RS), lembra que os prazos que o Executivo concedeu, com base na Constituição, para que os projetos de lei fossem votados, estão sendo cumpridos. “Por enquanto, ainda não se esgotou o prazo para apresentação das emendas”, recorda. No PSDB, o vice-líder, deputado Jutahy Júnior (BA), não está preocupado nem com esses prazos. “Esses 103 dias sem medidas demonstrou que o país está muito mais tranqüilo que antes”, ironiza. Jutahy questiona, por exemplo, por que deve ser urgente a votação do código de propriedade industrial. “Eu não tenho pressa para votar isso”, reage o deputado. No Senado, o líder da maior bancada, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), devolve o assunto à Câmara. “O problema é da Câmara”, diz, sucinto, lembrando que os projetos de iniciativa do Executivo começam a tramitar na Câmara, para depois serem apreciados pelos senadores.

No PMDB, o líder Genebaldo reconhece que as medidas produzem uma agilidade maior, porque têm prazo exíguo e eficácia de lei. Para evitar que as MPs acabem ganhando um “indesejável respaldo da sociedade, diante da inércia do Congresso”, ele acha que é preciso agilizar as votações. “Isso é um desafio para nós”, admite. Uma das primeiras conseqüências negativas dessa inércia, raciocina Genebaldo, é o fortalecimento do governo na votação do projeto de lei que limita o poder de editar MPs, hoje tramitando no Senado. Quanto mais rápido for votado, mais chances tem a oposição. Faccioni, embora não tão preocupado, admite as conseqüências negativas da inatividade parlamentar do Legislativo: “O Congresso corre o risco de dar guarida a uma nova investida do governo na edição de medidas provisórias.”